

As “invadem” Praia

anunciam a invasão ao mercado da
á e sem quaisquer vínculos com o
contra o maior número de obras,
situação legalizada, se encontrem,
ão, na Associação Cabo-Verdiana
se que o problema passa pela
das Obras Públicas e Particulares
construções.



INSPECÇÃO-GERAL DAS OBRAS PÚBLICAS REAGE

Na opinião do presidente da Comissão de Alvarás de Empresas de Obras Públicas e Particulares, também Inspector-Geral das Obras Públicas e Particulares, João Carlos Nobre Leite, as câmaras municipais deveriam exigir às empresas, no momento em que passam a licença de construção, o alvará. “Mas isso não tem vindo a acontecer”, afirma. “E se a CM não lhes exige o alvará então eles constroem na ilegalidade”.

“Isso é um problema da câmara municipal e que transcende a Comissão de Alvará”, acrescenta. Como explica, “para emitirmos este documento a empresa ou o operador tem de reunir todas as condições financeiras, e tem de ter capacidade técnica. Agora, quem exige a prova desses requisitos são as câmaras municipais, para as obras particulares, ou então o Estado, a Direcção-geral das Infra-Estruturas, para as obras públicas. E que eu saiba, esta direcção e os outros serviços públicos vêm exigindo os alvarás”.

Sobre o embargo das obras por parte da Inspeção-Geral das Obras Públicas, Nobre Leite comenta: “As situações têm de ser bem definidas para não entrarmos em conflito com a CM”. Entretanto, está na forja a alteração da actual lei que irá esclarecer alguns pontos relativos ao embargo.

Quando à denúncia chegada a este jornal de que alguns operadores ilegais ganham os concursos lançados pelo MIT, Nobre Leite assegura que isso “nunca aconteceu” e que denúncias do género “têm de ser apresentadas com provas”. “Até porque a apresentação do alvará é um dos principais requisitos para se ser aceite num concurso público”, sublinha.

E se o presidente da comissão de alvará refuta tal tipo de denúncias, outras há que ele até que gostaria de receber para tentar pôr cobro às situações clandestinas. “Se houvesse denúncias nós poderíamos contribuir, e, talvez, resolver o problema. Mas ninguém denuncia e quando isso

acontece só o fazem verbalmente. E a nível da comissão não podemos agir só porque fulano disse, temos que ter provas”. E provas num meio pequeno - que muitas vezes impede as pessoas de falarem - é algo muito difícil de conseguir.

A situação chegou a tal ponto que “a Comissão de Alvará não pode fazer mais do que já fez”, diz Nobre Leite, para apontar que a Comissão por ele presidida “já contactou as câmaras todas, já fez campanhas na televisão, na rádio, nos jornais (inclusive o jornal A Semana publicou, há uns dois anos, uma série de coisas), já fez desdobráveis, já promoveu conferências, reuniões com toda a gente, já se deslocou a todas as câmaras para dizer que é preciso cumprir a lei, já enviámos circulares para todas as câmaras”, etc, etc.

Entretanto, nem tudo é ilegal, e nem todas as obras necessitam do documento para serem efectivadas. Excepções há, e uma delas é a construção da casa própria desde que não ultrapasse dois pisos - duplex ou vivenda - e desde que seja o próprio dono a viver nela. Nestes casos pode-se construir por administração directa.

Mas se porventura a casa for construída para alugar, o dono da obra tem que contratar uma empresa com alvará para garantir a qualidade. “Nós só passamos o alvará a uma empresa depois de medirmos a sua capacidade para construir até um determinado montante”. Acabamentos, pintura, reboco de obras de privados não necessitam de alvará para a sua execução, desde que a obra não ultrapasse os cinco mil contos.

A POSIÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DA CMP

Cifrão contactou um outro visado desta história, a fiscalização da CMP, e ficou a saber que a licença das obras não é tarefa desse sector, mas sim do Gabinete Técnico da CMP, pelo que o director da fiscalização, Faustino Garcia, desconhece as condições em que as mesmas são emitidas. Até ao fecho desta edição tentámos falar com o responsável pelo referido gabinete, mas tal não foi possível.

Referindo-se às competências do serviço que

dirige, Garcia assegura que os fiscais têm ido ao terreno tomar o pulso à situação, verificando se a documentação apropriada está em dia, “e quando não encontramos nem o alvará, nem a licença para a sua execução, embargamos a obra, independentemente da anuência ou não do gabinete técnico”, diz peremptório.

Uma outra medida levada a cabo pela fiscalização é a identificação das obras com uma tabuleta, isso por parte dos proprietários. “Esta semana vamos colocar um aviso na rádio para que todos os construtores coloquem a identificação nas suas obras, isto é, o dono, a duração, o engenheiro responsável, o alvará etc., e se porventura isto não acontecer iremos multar os infractores”. As coimas a que se sujeitam os “infractores” vão de 10 a 30 mil escudos.

Garcia reconhece que as dificuldades nesta área são causadas, na maioria das vezes, pelos responsáveis de certas construções. “Muitas vezes visitamos uma única obra várias vezes para verificar se os documentos estão em ordem. Entretanto, quando as coisas não estão “muito católicas” os trabalhadores desculpam-se sempre dizendo que os mesmos se encontram na posse do engenheiro, que nunca se encontra na obra. E quando desconfiamos que nos estão a enganar porque não têm nem o alvará nem a licença, aplicamos multas que variam entre os 200 e os 300 contos”.

Uma outra dificuldade apontada por Garcia acontece nos prédios com mais de três andares, onde os responsáveis fecham as portas impedindo, assim, que se faça a fiscalização. E em casos desses, garante aquele responsável “recorremos à polícia, em nome de uma boa fiscalização e do bom nome da instituição que dirijo”.

Denúncias várias chegaram à nossa redacção sobre conhecidos empresários que estribados na impunidade que grassa pelo país fora e têm vindo a construir na clandestinidade. Cifrão tentou falar com os visados, mas tal não foi possível. Entretanto confidenciaram as nossas fontes que “a maioria dos grandes edifícios que não têm placa de identificação está ilegal”. Portanto, é fácil saber quem está na ilegalidade.

de uma pessoa isolada, quanto de empresas ou entidades que têm “carácter de empresas”, - ou seja, possuem equipamentos técnicos e recursos financeiros mas não têm alvará, - como ainda de associações comunitárias. Estas últimas, ainda segundo Eunice Silva, “estão a entrar no mercado com grande força” chamando para si o grosso das obras. “As associações comunitárias estão em todo o lado, na construção de casas, no levantamento de armazéns e, actualmente, até se têm aventurado na construção de estradas que, na maioria das vezes, ficam marcadas por erros técnicos” comenta.

Entretanto, estes “erros técnicos” não são as únicas marcas deixadas. A secretária-executiva da ACEOPP aponta ainda a “concorrência desleal”, a falta de qualidade, os impostos que não pagam ao Estado, e a transferência da protecção social ao Estado, visto que os trabalhadores não têm INPS.



A evolução do sector de construção no país

Dados do Instituto Nacional de Estatística, fornecidos pela Comissão de Alvarás de Empresas de Obras Públicas e Particulares, CAEOPP, dão conta que, em 1980, o volume das obras produzidas em Cabo Verde foi de 1,5 milhão de contos. Em 2000, vinte anos depois, esta cifra disparou para 12.050 milhões de contos, enquanto que os dados de 2003 apontam um aumento de 1,5 milhão de contos, ou seja a carteira das obras rondava os 14 milhões.

No que diz respeito às obras públicas, em 1980 o volume foi de 1 milhão de contos, quintuplicando-se em 2000, quando atinge 5 milhões de contos. Quanto à habitação e construções, se 1980 dá conta de 0,5 milhão de contos, 2000 apresenta 7,5 milhões de contos.

Já os dados da CAEOPP dizem que o volume de negócios das empresas com alvará foi, em 2000, de 4 milhões de con-

tos. Três anos mais tarde o montante situar-se-ia nos 6,5 milhões de contos.

Feitas as contas, as empresas legalizadas em 2000 fizeram um terço do total de volume de obras no país, e em 2003 cerca de metade. Metade da construção feita em Cabo Verde foi executada por empresas legalizadas enquanto a outra metade foi parar às empresas não reconhecidas como tendo os requisitos para desempenhar tal função, ou seja, empresas ilegais. Entretanto, é de sublinhar que parte destas obras foram habitações próprias, onde não é necessário o alvará.

Informações preliminares do INE, recolhidas à última hora, referentes ao II recenseamento empresarial de 2004, dizem que o volume de negócios das 61 empresas com contabilidade organizada, e início de actividades em 2002, foi de 86 milhões de contos. Já o número de pessoal ao serviço da construção ronda os 30 mil.



PESCADORES

'assumem o seu papel no

A unidade de conserva de pescado, localizada na praia de Nossa Senhora da Encarnação, vai sofrer uma reforma completa e ganhar maior visibilidade dentro da ilha do Fogo e não só. O projecto de remodelação e modernização do espaço foi apresentado pela Associação dos Pescadores do Fogo, que quer melhorar as suas condições de vida. Na retaguarda, está a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias.

O abandono em que se encontra a fábrica de peixes construída na década de 80 e que ao longo da sua existência esteve afectada a vários projectos, incluindo a Fopesca - suportada financeiramente pela Alemanha -, "despertou" os pescadores da ilha do Fogo para as suas dificuldades e trouxe-lhes a consciência de que, eles próprios teriam de resolver os seus problemas. Assim, criaram uma associação para a captura e comercialização do pescado, a Coopesca, e elaboraram um projecto ambicioso de conserva de peixe através da salga, secagem, enlatados e fabrico de farinha de peixe. "O Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas e a Coopesca rubricaram um acordo de gestão na semana passada. Com esse acordo, o INDP cedeu a infra-estrutura de conserva para a Associação de Pescadores, que respondeu com um projecto de investimentos interessante", revela Oscar Melício, presidente do INDP.

Com este projecto, a Coopesca propõe-se dotar a unidade de outra capacidade, nomeadamente no que tange à captura, processamento do pescado - limpeza, corte e embalagem -, refrigeração e venda dentro e fora da ilha do Fogo. "É um espaço que estava subaproveitado, e que vai agora contribuir para a melhoria da pesca na ilha do Vulcão e não só, tendo em conta que os pescadores pretendem introduzir melhorias na unidade. Vão remodelar e modernizar a infra-estrutura, instalar câmaras frigoríficas, equipamentos para o fabrico de gelo e ainda comercializar os produtos processados", assegura Melício, lembrando que esses apetrechos garantirão não só a qualidade dos produtos e a tranquilidade dos pescadores associados como um abastecimento condigno à região Fogo/Brava.

Os meios necessários para concretizar o projecto são avultados, pelo que a Associação de Pescadores e a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, enquanto promotores da iniciativa, estão no terreno a mobilizar recursos financeiros. O certo até agora é que já receberam algumas garantias de apoio de empresas e instituições e que já enviaram o projecto para apreciação de outras tantas, incluindo o MAAP e o próprio INDP.

Constância de Pina

Canários sondam mercado crioulo



S

eis empresários das Canárias com interesses nas áreas de hotelaria e turismo, rent-a-car e agro-productos visitarão Cabo Verde a partir de amanhã, 16. Os canarienses, que permanecerão no país até ao próximo dia 21, vêm sondar as potencialidades do mercado

crioulo, particularmente nas ilhas do Sal, Santiago, São Vicente e Santo Antão. Esse pequeno grupo económico integra uma missão proveniente do cabildo de Lanzarote, no âmbito de um evento mais alargado e financiado como projecto Interreg III B.

Visitas às empresas, sectores de interesse da

economia nacional, jornadas técnicas e encontros com as Câmaras do Comércio de Barlavento e Sotavento enformam o programa de visitas destes empresários que, mesmo antes de pisarem o solo cabo-verdiano, já especificaram as áreas que consideram prioritárias: alojamento turístico, agricultura, comercialização de produtos, assessoria higiénica e meio ambiente. A empresa Apryma Consultores, que presta assessoria higiénica e cuida da qualidade do meio, por exemplo, irá apresentar os seus serviços juntos dos hotéis nacionais, tendo já solicitado entrevistas, para conhecer os procedimentos adoptados no país quanto ao tratamento da águas.

A par deste interesse concreto da Apryma, outros empresários, tais como o representante das empresas de alojamento turístico La Vozis-

ma e da exploração agrária Huertas Viejas, querem conhecer com riqueza de detalhes as oportunidades de investimento que o país oferece e encontrar-se, a título pessoal, com os empresários dos vários sectores de actividade "para poderem ficar com uma ideia clara da situação empresarial em Cabo Verde".

Não menos interessante é a pretensão dos Canários de conhecer a história e a cultura de Cabo Verde. Querem também encontrar-se com os responsáveis políticos de cada ilha. "É um grupo que está totalmente aberto às iniciativas de Cabo Verde e que mostra um interesse amplo em estabelecer parcerias e fazer negócios com o país", revela uma fonte responsável pelo programa cultural da visita.

Constância de Pina

ATELIER MAR É REFERÊNCIA REGIONAL DE "ECONOMIA SOLIDÁRIA"

Turismo comunitário e solidário em Lajedos

O Atelier Mar - Artes e Ofícios converteu-se à economia solidária de forma empírica, ou seja, sem seguir nenhum conceito científico. Hoje, graças à localidade de Lajedos, em Santo Antão, e São Pedro, em São Vicente, esta associação é uma referência internacional, beneficia de um financiamento no âmbito do Interreg III e integra o recém-criado Centro de Estudos do Atlântico da Economia Solidária junto com Madeira, Açores e Canárias, com amparo científico das universidades de três países - Espanha (Barcelona), Portugal e Brasil.

Cabo Verde quer "absorver" a experiência de ilhas como Açores, Madeira e Canárias no domínio da economia solidária. Nesse contexto, aconteceu em São Vicente uma reunião alargada do "Grupo do Atlântico". O encontro foi enquadrado pelo Ministério do Trabalho e Solidariedade e visou, essencialmente, sistematizar a experiência solidária do arquipélago. "O Atelier Mar (AM) foi surpreendido porque fomos referidos como a experiência mais antiga e consolidada de economia solidária da região. O interessante é que, sem saber, aplicámos as regras e a parte conceptual da economia solidária em Lajedos, nossa primeira experiência. A metodologia apli-

cada levou-nos a um processo económico que entrou no mercado com as características ideológicas, culturais e outras que defendemos e que são as bases da economia solidária", frisa Leão Lopes.

Hoje o professor catedrático português Roque Amaro, que é tido como uma referência mundial a nível da economia solidária, está empenhado em organizar e publicar esta experiência do Atelier Mar, e o Centro de Estudos do Atlântico da Economia Solidária (CEAES) quer produzir material para sensibilizar pessoas e organizações para esse novo modelo económico que, na óptica de Lopes, faz todo o sentido em Cabo Verde. "O CEAES tem um programa de edição de livros e de estímulo à pesquisa, realiza encontros internacionais e feiras anuais. Cabo Verde já participou nestas feiras, a título experimental, para sentir o pulso e marcar presença. O CEAES pensa abrir uma rede internacional de lojas de economia solidária, inclusive esboça a exploração de uma loja em Portugal e outra em Madrid, mas pretende alargar essa rede", assegura Lopes, para quem é fundamental Cabo Verde estar presente em determinados circuitos.

Em relação a Lajedos, em par-

ticular, o entrevistado de Cifirão lembra que a história começou em finais da década de 80 e, duas décadas e meia depois, o Atelier Mar já não consegue precisar a quantidade de pessoas envolvidas nos projectos em curso nesta comunidade porque estes se tornaram autónomos. O Atelier Mar continua na retaguarda e define a ideologia a adoptar, mas não contabiliza e nem controla as pessoas e os projectos. "Lajedos nasceu de formações ministradas a grupos de pessoas e da criação de pequenas unidades caseiras, que hoje atravessam toda a comunidade. É como uma bola de neve. Essas pessoas acreditaram que são capazes de criar e executar as suas ideias. Há uma dinâmica em Lajedos que surpreende o próprio Atelier Mar", afirma Lopes, destacando, a título de exemplo, os projectos de artesanato com barro e palha, a produção de doces, licores, frutas cristalizadas, enfeites decorativos e trabalhos de construção civil, que são vendidos no país e no exterior, como aconteceu nesta primeira semana de Abril em que seguiu uma encomenda de Lajedos para Porto (Portugal).

Exactamente por isso, Lopes acredita que o Atelier Mar esteja neste momento na fase de "arrumar a casa" porque Lajedos já é

uma sociedade auto-suficiente que consegue fixar e empregar a sua população. Mas antes de partir, o AM quer encaminhar o turismo comunitário, que já tem alguns produtos constituídos, designadamente uma pousada, restaurante, sítio museológico, circuitos, a par dos conhecimentos geográficos, humanos e económicos. A associação estimula ainda o turismo de habitação, que também integra o dossier "Economia Solidária", em que as famílias com disponibilidade aceitam receber pessoas em suas casas, dentro de regras fixas transmitidas pela Associação de Desenvolvimento de Lajedos, em combinação com o Atelier Mar. "Vamos formar as pessoas que assumirão estas ideias e projectos. Faremos a entrega dos equipamentos à comunidade quando as pessoas tiverem conteúdos e souberem como os pode explorar".

O sucesso das acções de Lajedos motivou uma iniciativa análoga em São Pedro, São Vicente, sob responsabilidade do Atelier Mar, que já tem na agenda a zona piscatória de Salamansa. Mesmo assim, sublinha Lopes, as ideias e projectos não se repetem porque, apesar das semelhanças, são comunidades distintas, social, cultural e economicamente.

Constância de Pina

Lista

Mesa da Assembleia-geral

Presidente - Amaro da Luz (SICOR, Lda)
Vice-Presidente - António Correia (Irmãos Correia)
Secretário - Maria Rosa Almeida da Lomba
Secretário - Flaviano Monteiro (Manuel Monteiro, Lda)

Conselho Directivo

Presidente - Orlando Mascarenhas (OM Trading)
Vice-Presidente - Paulo Lima (INPHARMA, SA)
Vogal - Daniel Monteiro (Soproinf, Lda)
Vogal - Luís Alberto Jassy (Bossa Nova)
Vogal - José Luis Pereira Barbosa (FENACOOOP)

Vogal suplente - Alfredo Rodrigues (Praiatour, Lda)
Vogal suplente - Henrique Pires (Kosmo, Lda)

Conselho Fiscal

Presidente - Fernando Gil Évora
Vogal - Janira Almada
Vogal - João Claude Pereira (Exaconta, Lda)
Vogal - João Pedro Lopes Monteiro (Confecções Alves)

Comissões Sectoriais

Mercados Financeiros e Promoção Empresarial

Presidente - José Agnelo Sanhes (CGE)
Vice-Presidente - Amílcar Melo (MFR)

Indústria e Competitividade

Presidente - Jorge Edmundo Barbosa (Edmundo Rodrigues Barbosa, Lda)
Vice-Presidente - Rui Amante da Rosa (ELSEGE, Lda)

Mercados e Construção Civil

Presidente - Jorge Spencer Lima

Transportes, Turismo e Ambiente

Presidente - José Gomes Almeida Cardoso
Vice-Presidente - Maria de Lourdes Afonseca (ECOTUR)

Comércio e Concorrência

Presidente - Fernando Jorge Pereira (Cosmos)
Vice-Presidente - João Maximiano (Intertrade)

Formação e Inovação Tecnológica

Presidente - Zuleica Salazar (Flor de Lakakan)

CCISS com novos titulares



Os titulares dos órgãos sociais eleitos na Assembleia-geral de 31 de Março serão empossados, na próxima semana, numa cerimónia que será presidida pelo Ministro da Economia, Crescimento e Competitividade, João Pereira Silva.

Esse acto vai marcar o início formal de mais um mandato de dois anos. E é convicção do Conselho Directivo que a aplicação do Programa sufragado na Assembleia-geral vai também impedir um novo impulso à vida da nossa organização que tem apenas seis anos, é certo, mas com um percurso de reconhecido sucesso.

Em seis anos de existência, a CCISS passou de 50 para 400 sócios o que por si é prova de vitalidade. Durante o ano passado a CCISS reforçou o seu papel como entidade formadora do meio empresarial nacional. Com efeito, foram realizadas acções de formação totalizando 480h nas

áreas da "Qualidade nos serviços empresariais", "Estratégias de Marketing e Venda", "Auditorias em Qualidade", "Finanças para não-financeiros" e "Internet como ferramenta de comunicação e a sua aplicabilidade a nível das micro e pequenas empresas".

Também no decorrer do ano passado, a CCISS continuou a afirmar-se como parceiro seguro de sucessivos governos, como um advogado convicto das empresas cabo-verdianas e um interlocutor discreto, mas hábil e firme, junto dos poderes públicos.

Aliás, foi o protagonismo da CCISS que permitiu inaugurar em Cabo Verde a consagração do princípio da parceria público/privado, através da descentralização de competências administrativas e de promoção do Estado para as instituições representativas do sector privado. É nesse quadro que o governo transferiu para as Câmaras do Comércio o licenciamento comercial e a gestão do fundo de crescimento e competitividade.

E convém lembrar que embora esse Fundo de 80 mil contos tivesse sido estabelecido para um horizonte de três anos, logo no primeiro, isto é, no ano passado, foram absorvidos 60 mil contos em benefício de mais de 40 empresas. Por isso mesmo, em Dezembro, o Comité de Pilotagem do projecto "Crescimento e Competitividade" recomendou ao Governo que procurasse obter do Banco Mundial, que financia o projecto, o reforço desse Fundo.

Pela frente temos vários desafios: a nossa participação na montagem da "Casa do Cidadão", o acompanhamento das negociações para a adesão de Cabo Verde à Organização Mundial do Comércio, o Millenium Challenge Account e a passagem de Cabo Verde para o grupo dos países de desenvolvimento médio.

AGENDA DO EMPRESÁRIO

Formação "Análise Financeira"

A iniciativa é da CCISS e decorre de 18 a 29 de Abril. A formação em Análise Financeira tem como objectivo dotar os formandos de conhecimentos que lhes permitam analisar a situação de uma empresa como fazer a apreciação de riscos.

Esse curso, que será ministrado por Américo Miranda, destina-se a responsáveis financeiros, chefes de contabilidade e técnicos da área financeira.

Os interessados devem inscrever-se na Secretaria da CCISS mediante o pagamento de uma taxa de 9.000\$00 para os associados e de 13.000\$00 para os não associados.

O curso está organizado em seis módulos e terá uma carga horária de 35 horas. Constam do programa temas como fiscalidade e contas, proveito, receita e recebimento, resultados, rentabilidade e liquidez, fundo de maneio e necessidades de fundo de maneio, regras do equilíbrio financeiro mínimo, stock, cobranças e pagamentos, previsões de tesouraria, necessidades de curto e médio prazo, autofinanciamento, endividamento e efeito de alavanca, rentabilidade e risco, plano e orçamento e controlo orçamental.

Feira Internacional da Canárias

A CCISS recebeu um convite para estar presente na Feira Internacional das Canárias que terá lugar em Las Palmas, de 11 a 15 de Maio. O tema escolhido para a edição deste ano é Imobiliária e Construção Civil.

A FIC 2005 pretende ser um ponto de encontro das empresas do ramo com o intuito de criar um ambiente propício à realização de grandes negócios.

Para Cabo Verde existem 10 vagas que serão distribuídas equitativamente pelas duas Câmaras de Comércio. É assim que a CCISS abriu inscrições para as empresas do sector.

Cooperação e Internacionalização

A Sociedade de Promoção, Internacionalização e Cooperação da Madeira e o Conselho Empresarial da Madeira organizam de 15 a 18 de Junho o primeiro Fórum de "Cooperação e Internacionalização".

O Fórum será constituído por um Congresso, para pensar sobre o espaço geopolítico, empresarial e financeiro e uma Exposição, que será um espaço de informação, uma montra de empresas, de projectos de excelência e de oportunidades de investimentos que visem a cooperação e internacionalização dos territórios da Macaronésia e do Atlântico em geral.

O Congresso do Fórum "Cooperação e Internacionalização" terá três módulos: Cooperação, Projectos e Oportunidades e Financiamento e Oportunidades.

Empresários nas Canárias



Cinco empresários da região de Sotavento, e outros cinco de Barlavento participam na Feira de Agricultura, Gado e Pescas que decorre em Tenerife, Canárias, desde o dia 13 deste mês.

Com término previsto para domingo, essa feira conhecida como AGROCANARIAS é uma iniciativa da Secretaria de Agricultura, Pecuária,

Pesca e Alimentação do Governo das Canárias.

Máquinas agrícolas, queijos e derivados de leite, conservas e transformados de carne, conservas, semi-conservas e salgados de peixe são alguns dos produtos que irão estar em exposição.

Segundo os organizadores, esta edição da AGROCANARIAS deve receber mais de 20 mil visitantes.



CCISS prepara Plano Estratégico e de Negócios

O projecto de Crescimento e Competitividade, financiado pelo Banco Mundial, vai apoiar as Câmaras de Comércio de Cabo Verde na concepção e operacionalização de um Plano Estratégico e de Negócios para os próximos cinco anos.

Esse Plano será feito com base num estudo que começará brevemente a ser realizado e tem como

objectivo final uma resposta eficaz e em tempo real às demandas dos associados. Para cumprir esse objectivo, será preciso encontrar a estrutura adequada, nomeadamente para a CCISS estabelecer as soluções de prestação de serviços aos associados e os mecanismos para a sustentabilidade financeira das Câmaras de Comércio.

RIBEIRÃO CAMPO DE CÃO

Do agreste ao verde, num passe quase mágico



O olhar de Olavo Santos, da Associação Amigos de Ribeirão, brilha quando pronuncia a palavra água. Uma expressão quase mágica para quem viu, num passado recente, a sua comunidade enfrentar filas de duas horas para conseguir uma lata de água numa nascente apenas gotejante. Hoje tudo mudou. Cerca de 90% dos moradores de Ribeirão, interior da Ribeira Grande, têm água canalizada nas suas residências, em mais de seis hectares de terreno se pratica agricultura irrigada e a produção hortícola da zona espanta quem conheceu a localidade há mais de uma década.

Só quem viu o Ribeirão no tempo em que só tinha duas árvores para dar sombra aos moradores nas tardes de sol ardente consegue avaliar a transformação que a localidade sofreu na última década. Uma transformação iniciada por um grupo de moradores que pretendiam não só mudar o aspecto agreste da paisagem através da plantação de árvores silvícolas, como também melhorar os acessos àquela zona do interior do concelho da Ribeira Grande.

Delineado o propósito, começou-se a mobilizar ajudas de entidades públicas e privadas para iniciar alguns trabalhos naquela que era até então uma das localidades mais pobres de Santo Antão. Sobrava empenho ao grupo que logo conseguiu importantes parcerias com a Câmara Municipal da Ribeira Grande e com o Ministério da Agricultura para a florestação da zona e a abertura de estradas.

Ribeirão estava a tornar-se verde, porém o grupo ambicionava muito mais, queria minimizar a situação de extrema pobreza que grassava naquele recanto da ilha das montanhas. Surge, então, a ideia de se formar uma estrutura de desenvolvimento comunitário, de modo a aproveitar os apoios concedidos pelas instituições internacionais. Nascia assim a Associação Amigos de Ribeirão (AAR), uma das mais bem sucedidas em Cabo Verde no combate à pobreza extrema e ao êxodo rural.

Iniciava-se assim, a partir de meados da década de 90, uma verdadeira revolução naquela localidade. Projectou-se um furo para solucionar o problema da carência de água, fizeram-se trabalhos de correcção torrencial dos campos agrícolas, construiu-se a escola de ensino básico. Ao mesmo tempo, a AAR apoiava os residentes na educação dos filhos, na evacuação dos doentes à Ribeira Grande ou a São Vicente, e também a nível do planeamento familiar, por forma a promover o crescimento sustentado de cada agregado.

Várias eram as carências, também várias eram as prioridades. Faltavam desde habitações condignas a emprego que garantisse o

sustento das famílias. E mais uma vez a AAR lançou-se à procura de quem a ajudasse.

Conseguida a ajuda norte-americana, iniciou-se também a construção de moradias sociais e de casas de banho às cerca de 90 famílias residentes naquela localidade. Melhoradas as condições de habitabilidade com ligações de água em 90% das moradias, era o momento de se esboçar projectos para garantir o sustento das famílias que até então dependiam, quase em exclusivo, das FAIMO e da agricultura de sequeiro.

TRANSFORMAÇÃO AGRÍCOLA

A saída encontrada foi construir reservatórios para distribuir a água do furo, incentivando as pessoas a dedicarem-se à agricultura irrigada e à pecuária. Num curto período os agricultores adoptaram a rega por alagamento, mas logo se arrancou com uma campanha a favor da implementação das novas tecnologias de rega.

“Em 2000, promovemos os primeiros ensaios de micro-irrigação, com o apoio do Programa Especial de Segurança Alimentar da FAO. Instalámos os filtros, cabeçais e começámos a convencer as pessoas de que esse novo sistema de rega garantiria a melhor gestão da água. Não foi nada fácil. Mas, com a ajuda dos técnicos da delegação do MAAP, fomos conseguindo os resultados”, conta Olavo Santos.

Antes, porém, a AAR teve de delinear estratégias para convencer os mais conservadores. Instalou uma parcela, fez uma actividade demonstrativa e, através de um contrato de concessão, distribuiu-a a alguns sócios. Definiu-se também que os técnicos do MAAP deveriam acompanhar o tratamento das plantas enquanto a AAR fazia o controlo do tipo de cultura a privilegiar. Isto de forma a priorizar a produção de hortícolas em detrimento da cana-sacarina, para diversificar o regime alimentar dos moradores, além de obter produtos destinados à comercialização.

Esse primeiro ensaio foi bem sucedido, houve uma boa produção de tomate, porém isso não se mostrou estimulante para todos os agricultores. Face a essa resistência, a AAR aumentou o preço da tonelada de água

disponibilizada à rega por alagamento e reduziu o custo àqueles que adoptaram a irrigação localizada. Uma estratégia que resultou, já que a adesão à rega gota-a-gota foi aumentando gradualmente.

A tal ponto que a única resistência que impedia a expansão desse tipo de rega reduziu-se ao facto de alguns beneficiários não terem recursos para participar no processo de instalação dos equipamentos. Um problema que só foi superado em 2003, quando esses camponeses acederam a um crédito proveniente da FAO. Assim, em um ano a área irrigada com esse sistema aumentou de três para seis hectares.

ÁGUA SÓ PARA RESIDENTES

Entretanto, a AAR definiu que só os residentes em Ribeirão devem ter acesso à água do furo para irrigar as suas parcelas. Esse é um princípio para salvaguardar os interesses da comunidade, da medida em que a maior parte dos terrenos na região pertence a pessoas residentes em outros locais.

É que **“não faz sentido empenhar-se tanto nessa luta em prol da comunidade, para outras pessoas virem desfrutar das vantagens”,** diz Olavo Santos. Os dirigentes da AAR preferem **“gastar mais dinheiro em tubos para levar água aos moradores em locais distantes a ter que fornecer água a um proprietário não residente com parcelas perto do furo”.**

Paralelamente a isso, a AAR faz tudo para diversificar a produção agrícola em Ribeirão, privilegiando a cultura de hortícolas e frutícolas. **“Temos dois viveiros de onde gerimos a rotatividade das culturas em Ribeirão. E fornecemos as plantas de acordo com o mercado, de modo a que os agricultores não tenham problemas na comercialização dos produtos”,** explicita o presidente da AAR.

Nessa lógica de rotatividade, há poucos meses a associação fez experiências com estacas de mandioca resistentes a doenças, tendo a produção superado as expectativas. Basta dizer que houve plantas que produziram 30 a 40 quilos de mandioca; e de Ribeirão já saíram mais de 90 mil sementeiras para

outras localidades de Santo Antão.

PENSANDO NO FUTURO

Um panorama animador que levou a AAR a arquitectar mais projectos para garantir a auto-sustentação das famílias em Ribeirão. E, nesse leque, destaca-se o programa de duplicação da área irrigada em 2006, de modo a beneficiar os residentes em Campo de Cão.

E prevendo que a produção ultrapasse em breve a capacidade de consumo do mercado local, os dirigentes da AAR têm em mãos um projecto para construir uma unidade de conservação e transformação de frutas e legumes em Ribeirão. Uma forma não só de evitar que haja perda das colheitas, mas também de driblar a quarentena imposta aos produtos agrícolas de Santo Antão, impedidos de serem distribuídos fora da ilha.

Por outro lado, a AAR já pôs em marcha um programa de construção de pocilgas destinadas a proporcionar um rendimento fixo mensal a 20 famílias de Ribeirão. Na prática, pretende-se conceder a cada família uma pocilga com cinco compartimentos e durante alguns meses fornecer os leitões, ração e medicamentos. Sendo animais de raça melhorada, o beneficiário terá ao fim do sétimo mês um suíno de cem a cento e tal quilos para comercializar; e dessa criação pode obter uma renda mensal a rondar os 25 mil escudos.

Essas são, de resto, formas diversificadas de sustentar um programa de combate à pobreza extrema que tem dado resultados. Das cerca de 90 famílias residentes em Ribeirão, alguns agregados já conseguem viver com aquilo que retiram das suas parcelas agrícolas, outros para lá caminham.

Enfim, distantes estão os dias em que só quando chovia os moradores de Ribeirão cultivavam as suas terras. Hoje, habitam num local verde onde se produz desde a cebola ao tomate, da banana à mandioca, do repolho ao coentro. Alimentam-se melhor, conseguem educar os seus filhos e preocupam-se mais com o planeamento familiar. Tudo isso graças ao empenho de uma associação que deve servir de exemplo a outras organizações de cunho comunitário em Cabo Verde.

João Almeida Medina



PLANO DE ACÇÃO NACIONAL PARA O AMBIENTE II

Página quinzenal de informação e sensibilização

FINANCIAMENTO DO PANA II



Jos van Aggellen e Victor Borges

Os instrumentos de financiamento do segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA II) foram assinados quarta-feira entre os governos de Cabo Verde e da Holanda, significando que os recursos financeiros para a implementação do plano vão ser disponibilizados imediatamente pelos Países-Baixos. O governo holandês esteve representado na cerimónia pelo seu embaixador, Jos van Aggelen, e o de Cabo Verde pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, Victor Borges.

Holanda disponibiliza 10 milhões de euros

Foram dois os instrumentos assinados, um o Acordo de Financiamento, e outro o Protocolo de Acordo, relativos à Ajuda Orçamental da Holanda para o sector do ambiente em Cabo Verde. O primeiro, de um montante de 10 milhões de Euros, cobre o período 2005-2006.

O segundo compromisso, que, de momento, apenas define intenções, deverá dar lugar a um acordo efectivo em finais de 2006, passando nessa altura, se o balanço da vigência do primeiro compromisso for julgado positivo, a vigorar até 2008. O montante que, através desse eventual acordo o governo dos Países Baixos disponibilizará, poderá atingir os 13 milhões de Euros.

Mas o que de palpável existe, neste momento, são as condições financeiras para o início da implementação efectiva do PANA II. Os 10 milhões de Euros que a Holanda vai colocar à disposição de Cabo Verde, em regime de ajuda orçamental, serão desembolsados em duas tranches anuais de valor igual, e destinam-se a financiar os diferentes programas e projectos inscritos, tanto nos Planos Ambientais Inter-sectoriais (PAIS) como nos Planos Ambientais Municipais (PAM) por cuja execução ficam directamente responsáveis os órgãos de poder local em cada município.

Mas, para que o Acordo de Financi-

amento fosse assinado, foi definido um conjunto de critérios que Cabo Verde procurou e conseguiu respeitar de forma rigorosa. Mais, o nosso país se comprometeu a ter sempre presente essas exigências, para que possa continuar a merecer a confiança do governo holandês, definitivamente um dos mais importantes parceiros de desenvolvimento.

CONDIÇÕES SATISFEITAS

Das condições previamente identificadas, e que já estão satisfeitas, destacam-se a existência de uma situação macro-económica equilibrada e estável, a adopção de um Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza e dos necessários mecanismos de coordenação, implementação e seguimento e a apresentação das contas do Estado referentes aos exercícios de 1998 e 1999, para além, naturalmente, da elaboração do segundo Plano de Acção Nacional para o Ambiente.

Já se encontram também satisfeitas outras condições de carácter institucional, e destas destaca-se a referente à criação dos órgãos de coordenação e acompanhamento do PANA II, a saber o Conselho Nacional do Ambiente (CNA), o Comité de Gestão e Seguimento (CGS), as Equipas Técnicas Municipais (ETM) e os Núcleos de Ambiente da Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde (ANMCV). Dentro deste leque, apenas falta definir os integrantes do CNA.

A aprovação da lei Orgânica do Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas (MAAP), que permitirá a

criação da Direcção-Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão (DGPOG), a revisão do organograma da Direcção-Geral do Ambiente, e a actualização e aprovação dos PAM relativos a 2005 e 2006 são os restantes critérios que Cabo Verde está em vias de satisfazer.

O Protocolo de Acordo relativo à Ajuda Orçamental por parte da Holanda ao sector do ambiente em Cabo Verde também impõe algumas condições, na perspectiva da sua evolução para um Acordo de Financiamento, em substituição daquele que foi assinado quarta-feira, 13.

De entre outras, o protocolo destaca a necessidade de incrementar a descentralização e de um maior envolvimento dos municípios na execução das políticas nacionais para o sector ambiental, designadamente através da transferência de competências e recursos técnicos e financeiros para as autarquias, e aponta como imperativo o reforço institucional do MAAP e a criação de um sistema intersectorial articulado de seguimento, planificação e execução das políticas ambientais.

MANIFESTAÇÃO DE CONFIANÇA

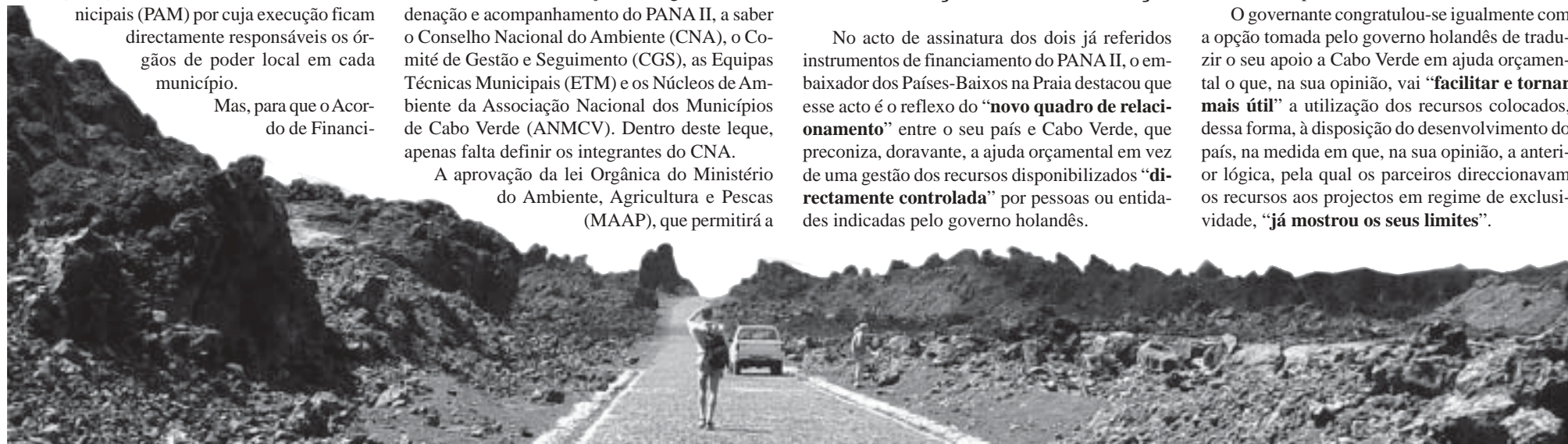
No acto de assinatura dos dois já referidos instrumentos de financiamento do PANA II, o embaixador dos Países-Baixos na Praia destacou que esse acto é o reflexo do “**novo quadro de relacionamento**” entre o seu país e Cabo Verde, que preconiza, doravante, a ajuda orçamental em vez de uma gestão dos recursos disponibilizados “**directamente controlada**” por pessoas ou entidades indicadas pelo governo holandês.

Para o diplomata, trata-se de uma “**grande manifestação de confiança**”, uma vez que, a partir de agora, são as autoridades cabo-verdianas quem “**monitoriza, define as políticas e organiza a gestão orçamental**”, limitando-se o governo dos Países-Baixos a um “**diálogo político**” com o governo de Cabo Verde sobre “**os objectivos, a eficácia, a transparência orçamental e os resultados da utilização dos recursos concedidos**”, no caso vertente, para o sector do ambiente.

O embaixador não deixou de elogiar a qualidade do PANA II, referindo-se-lhe, “**tendo em conta a sua multisectorialidade**,” como um “**instrumento importantíssimo**” para o desenvolvimento de Cabo Verde em todos os domínios e “**não apenas no sector do ambiente**”.

Em representação do governo cabo-verdiano, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, Victor Borges, destacou a importância da parceria existente com a Holanda, não só para o sector do ambiente como, numa dimensão mais geral, para o desenvolvimento global do nosso país.

O governante congratulou-se igualmente com a opção tomada pelo governo holandês de traduzir o seu apoio a Cabo Verde em ajuda orçamental o que, na sua opinião, vai “**facilitar e tornar mais útil**” a utilização dos recursos colocados, dessa forma, à disposição do desenvolvimento do país, na medida em que, na sua opinião, a anterior lógica, pela qual os parceiros direccionavam os recursos aos projectos em regime de exclusividade, “**já mostrou os seus limites**”.



SINDICATOS PREPARAM PRÉ-AVISO DE GREVE À ELECTRA

O Sindicato da Indústria, Serviços, Comércio, Agricultura e Pescas (Siscap), o Sindicato da Indústria, Comércio e Serviços (Sics), o Sindicato da Indústria, Comércio e Turismo (Sicotur) e os Sindicatos Livres de Santo Antão pretendem entregar um pré-aviso de greve à empresa de água e electricidade. A data ainda não foi acertada entre os vários sindicatos, mas tudo aponta para que seja hoje, sexta-feira.



Aumentos salariais de 4% ou greve nacional

Há uma semana que os vários sindicatos representantes dos trabalhadores da Electra se vêm reunindo com os principais interessados para apresentar as resoluções do último encontro havido com a direcção da empresa e durante o qual foram apresetadas **“propostas dos sindicatos quanto ao aumento salarial, horário de turnos e regime de férias dos trabalhadores”**. Nos entanto, a Electra não as discutiu, antes **“preferindo apresenta decisões que os sindicatos consideram unilaterais”**. Na

altura esses sindicatos alertaram que as decisões da Electra não seriam acolhidas de ânimo leve e prometiam desenvolvimentos para breve. E tudo indica que a antevisão desses sindicalista vai concretizar-se. **“Reunimo-nos com os trabalhadores e estes decidiram avançar para a greve. Esta é uma decisão definitiva. Ou a empresa nos dá os 4% que os trabalhadores reivindicam ou vamos para a greve. Estamos apenas a aguardar respostas da Praia e de São Vicente, porque queremos**

consensualizar as posições dos vários sindicatos”, revela Mário Correia do sindicato do Sal, Sicotur.

Para os sindicalistas, existem razões de sobra para não aceitar as propostas da Electra. **“Essa empresa decidiu atribuir um aumento de 2%, não aceitou rever o horário de turno, que foi autorizado a título provisório pela Direcção-Geral do Trabalho mas que é ilegal, e retardou as discussões do Contrato Colectivo de Trabalho”**, completa.

Também Julião Varela (Siscap) e Virgulino Castro (Sics) alinham pelo mesmo diapasão. Os encontros com os trabalhadores, dizem, ainda não foram conclusivos. Mas, afirma Castro, tudo aponta para a greve, salvo se a Electra rever a sua posição. Ontem, quinta-feira, Varela tinha agendado um encontro derradeiro com os trabalhadores. Caso a decisão for favorável à greve, o pré-aviso será entregue hoje, sexta-feira, à Electra.